



INOVAÇÃO

Machine Teacher. Uma profissão de futuro (também) na advocacia

Carina Branco Seguir

26/2/2018, 10:42 → 293 2

Inteligência Artificial e o Direito. Quanto mais eficiente e robusta a IA for, mais eficiente será o advogado. O tempo que a IA irá devolver ao advogado terá este, em parte, que lhe devolver em ensino

2025

M. advogada acede ao relatório que o seu colega R. lhe enviou durante a noite sobre as probabilidades de sucesso do caso que ela recebera na tarde anterior. O relatório avalia a documentação enviada pelo cliente face à legislação, doutrina, jurisprudência, confere-lhe uma probabilidade de sucesso e aponta uma estratégia de ataque possível, fazendo-se acompanhar das minutas disponíveis (que R. já pré-preencheu).

R. é uma solução de Inteligência Artificial (IA) de que M. não prescinde na sua equipa de contencioso.

Desde a invenção da roda que a tecnologia vem açambarcando tarefas monótonas e repetitivas desenvolvidas pelo Homem. O que agora surpreende é apenas o facto de a mais recente tecnologia – sobretudo no domínio da IA – parecer conseguir executar tarefas até aqui exclusivas de uma mão-de-obra qualificada, pondo em crise a ideia de que os computadores não são tão bons como os humanos em áreas não binárias.

Das conquistas IBM Watson em cima de dados não estruturados e linguagem natural, às conquistas da equipa Deepmind (Google) toda uma nova ameaça (ou oportunidade?) se parece começar a desenhar. Soluções para construção, revisão automática de contratos e gestão de risco contratual, processamento, gestão e análise de grandes volumes de dados em suporte a grandes transações e até sistemas conversacionais cognitivos (*bots*) que prometem estabelecer uma primeira linha de conversa com os clientes e resolver pequenas questões... há soluções para tudo. Pois, mas a disponibilidade das soluções só por si não chega. As soluções têm que atingir níveis de *performance* aceitáveis, para tal precisam de treino e aprendizagem.

O algoritmo de um *bot*, por exemplo, só por si saberá pouco para a interação normal com um humano; tem de aprender a conversar com um humano sobre determinado tema, todas as variáveis possíveis desse tema e ir aperfeiçoando a sua capacidade. A IA cognitiva (presente em muitas destas soluções) tem de ter alguém que a ensine. Esta afirmação é tão válida quanto entramos em áreas de conhecimento com uma dimensão humana complexa como o Direito. Os algoritmos são fracos para áreas que requerem inteligência emocional, capacidade opinativa e/ou livre arbítrio e daí parece-nos surgir um espaço de entrosamento da IA com a advocacia, inevitável e incontornável.

Se a IA poderá aliviar muito do trabalho intenso e profundo de investigação do advogado, fá-lo-á tanto melhor quanto mais o advogado lhe ensinar. Se eu tiver no meu escritório uma ferramenta de suporte à construção de minutas ou à revisão de contratos, tenho de verificar e validar os *inputs* da IA para garantir qualidade de trabalho por um lado, e assegurar que a performance da IA vai melhorando, por outro. Quanto mais eficiente e robusta a IA for, mais eficiente também eu serei. O tempo que a IA irá devolver ao advogado, terá este que em parte lhe devolver em ensino.

O ensino da IA (*machine teaching*) traduzir-se-á em mais e melhor IA e, com melhor IA, é o profissional que engrandece a sua base de conhecimento, que aumenta a sua produtividade e ganha tempo para outras realizações pessoais. Os advogados do futuro não creio que venham a ser máquinas. Acho que serão os que não temerem o conhecimento que as máquinas lhe potenciaram e souberam construir em cima desse conhecimento, num círculo virtuoso de contrapartidas em que todos ganham.

Em 2013 um estudo sobre o futuro do emprego examinou o risco dos algoritmos substituírem profissões até 2033, tendo concluído que os advogados estavam expostos apenas em cerca de 3,5%, ao passo que as profissões de suporte paralegal estariam expostas em mais de 94%. Mais recentemente, em Janeiro de 2017, um relatório do McKinsey Global Institute estimava que mais de metade das profissões atuais estariam automatizadas em 2055 (advogados incluídos!).

*Carina Branco é sócia fundadora da **Techlawyers** e é especialista na área da tecnologia, inovação e criatividade. Advogada desde 1997, teve desde cedo contacto com as primeiras tecnológicas multinacionais que chegaram a Portugal no final dos anos 90 (v.g. Cisco Systems e AMS). Foi responsável da Direção Jurídica da tecnológica Novabase (2002-2017) e em parceria com a sociedade de advogados **pbb** fundou a **Techlawyers by pbb**, um novo conceito na área da advocacia que atua transversalmente no setor da Tecnologia, IT e indústrias da criatividade e inovação.*